



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



MOVIMENTO ESTUDANTIL DE OCUPAÇÃO E O PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

LEONARDO JOSÉ ALVES TERRA

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

Leonardo14_jat@hotmail.com

SEBASTIÃO AILTON ROSA CERQUEIRA-ADÃO

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

sebastiaocerqueira@unipampa.edu.br

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo identificar o processo de resolução de conflitos na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento frente ao Movimento Estudantil de Ocupação. Para desenvolver esse estudo utilizou-se do método de estudo de campo, pelo qual se analisou a instituição mencionada tendo como alvo de pesquisa os discentes, docentes e técnicos administrativos da mesma. O trabalho possui natureza descritiva, com viés qualitativo e entrevista semiestruturada para o levantamento de dados, assim como análise de conteúdo a fim de analisar os resultados obtidos. Os resultados da pesquisa demonstram que os movimentos sociais são cruciais para que se conquiste direitos privados pelo Estado, como também são importantes para evidenciar a perspectiva que o Estado tomou em relação às suas atitudes, dessa forma, em termos gerais foi possível perceber que além de resolver conflitos os movimentos se mostram capazes de estabelecer padrões que redirecionam a conduta do Estado. É crucial que o movimento não se dissolva e permaneça sempre forte, pois movimentos centralizados em apenas alguns lugares não irão resultar em grandes conquistas.

Palavras chave: Universidade; Estado; Movimentos Sociais; Conflitos.

1. INTRODUÇÃO

Tem-se observado, mais particularmente, nos últimos cinco anos, que as ocupações de espaços públicos e privados têm se tornado uma forma de protesto a partir da invasão por um determinado período e que busca reivindicar aspectos de ordem política, social e econômica. Esse tipo de movimento tem se tornado cada vez mais comum principalmente no espaço rural tendo como protagonista o Movimento Social do Campo, como MST, e atualmente este fenômeno passa a ser mais frequente também em espaços educacionais como colégios e universidades públicas brasileiras.

O processo de ocupação tem se caracterizado como uma maneira legítima de reivindicação baseado no estado democrático de direito. Neste sentido, percebe-se que os movimentos de ocupação se desenvolvem com base na iniciativa de buscar-se resolver um conflito.

Segundo Castells (2013) os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Originam-se, em sua maioria, baseado em conflitos nas condições de vida que torna precária a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a resolver as coisas com suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que molda suas vidas.

Sendo a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, uma instituição de ensino *multicampi*, em meados de 2016, dado o corte de recursos financeiros para as universidades públicas federais, observou-se nesta instituição um conflito generalizado nos seus 10 *campi*, em que um dos motivos da situação conflitante foram os repasses orçamentares para os diferentes campi, não sendo observado, por parte da Reitoria desta instituição as diferentes necessidades e realidades de campus.

A problemática deste estudo recai no fato de que hoje tem-se uma tendência muito grande, dadas às questões democráticas, de se reivindicar seja por meio da força, seja por meio do diálogo, os movimentos de ocupação que se instalam nos ambientes acadêmicos, acabam, que por força da juventude estudantil, tendo um viés um pouco mais radical. Sendo assim, uma vez instalado o conflito, são necessários processos de negociação longos e, em alguns momentos, intermináveis o que gera desgaste e desconforto no espaço institucional.

Diante da problemática acima, este estudo traz como problema central de pesquisa: Como se dá o processo de resolução de conflitos na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento frente ao Movimento Estudantil de Ocupação?

Para responder à pergunta de pesquisa acima elaborada, foram estabelecidos para este estudo os seguintes objetivos:

a) Objetivo Geral: Identificar o processo de resolução de conflitos na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento frente ao Movimento Estudantil de Ocupação.

b) Objetivo Específico:

- Compreender como se deu o movimento de ocupação na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento; e
- Caracterizar o conflito na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento.

Como justificativa, este estudo torna-se relevante a no momento em que buscou compreender o processo de resolução de conflitos em uma Instituição de Ensino Superior - IES pública federal que tem como princípio a diversidade de ideia, as posições plurais em termos de política e a universalidade de corrente de pensamentos e conceitos ideológicos.

Diante disto, estudar o conflito em uma organização com estas características passa a ser algo um tanto quanto desafiador, visto que parece ser natural, nos ambientes universitários, conflitos de ideias entre professores e professores, entre professores e alunos, professores e técnicos, técnicos e técnicos, entre alunos e alunos, entre gestores e gestores, e, não menos importante, conflitos entre alunos, professores e gestores.

Com este estudo espera-se contribuir, de maneira prática, para as decisões que a universidade estudada e seus atores possam tomar no futuro. Também, espera-se, que este estudo sirva de base para outras pesquisas que tenham como objetivo investigar o conflito universitário, bem como estudar as novas formas de pleitos em ambientes escolares como tem sido os processos de ocupação estudantil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Como embasamento teórico foram discutidos os seguintes tópicos abaixo que darão viés para a pesquisa ser difundida tais como o movimento de ocupação no Brasil, e conflitos em organizações universitárias.

2.1 Movimento de Ocupação no Brasil

Para se compreender o processo de ocupação nas organizações de ensino público do Brasil neste século XXI com base nos movimentos estudantis, é necessário primeiramente entender onde os movimentos de ocupação surgiram.

O movimento estudantil de ocupação, no Brasil, inicia-se através da luta por terras, ou seja, desde a ocupação portuguesa no território brasileiro, combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, o modo de ocupação de terras brasileiras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social.

Não se sabe ao certo a data em que surgiram as ocupações no Brasil, mas acredita-se que ela talvez exista através dos indígenas. Entretanto, com base na História de Pela Terra a partir do documento elaborado pelo MST, tem-se que os movimentos de ocupação têm como seu precursor o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, que foi de fato o primeiro meio de ocupação a existir no país (MST, 2016).

A partir deste documento acima citada que trata da História de Luta pela Terra, vê-se que o principal motivo para o surgimento do MST, talvez sejam os primeiros indígenas que se mobilizaram contra a mercantilização e apropriação pelos invasores portugueses, o que era comum e coletivo: a terra, bem da natureza.

Também pode-se ver em Ferraro e Ribeiro (1999, p. 03) a origem do MST como:

O primeiro pressuposto é que a expressão movimentos sociais acolhe as mais diversas dinâmicas originadas da contradição fundamental que caracteriza cada formação social, tendo como antípodas, de um lado, os movimentos revolucionários, e de outro, o reacionário. É este pressuposto que permite reunir sob a expressão movimento sociais coisas tão dispare e contraditórias como o Movimento Neoliberal e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. O segundo pressuposto é que os termos revolução e reação podem ser tomados em sentido amplo, não se restringindo aos movimentos caracterizados como luta armada, numa

ou noutra direção. Nesse sentido, seriam revolucionários os movimentos voltados, em alguma medida, para a transformação, e reacionários, os movimentos de resistência à transformação, orientados para reestabelecimento de uma ordem que já faz parte do passado, tida como ideal, mais do que para simples manutenção da ordem vigente.

Na referências acima citada é possível analisar a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, aonde se consegue enxergar que a luta pela conquista de terras foi um dos principais motivos a dar origem aos movimentos sociais, sendo assim é notório que todos esses movimentos partam do pressuposto de indignação social, ou seja, uma vez que outrem parte por cima de direitos aos quais não lhe pertencem, contrariando o mesmo, uma rebelião, no caso os movimentos sociais, pode ser erguida, isso também é válido para o Neoliberalismo.

Contudo, o que se pode perceber em relação à origem destes movimentos no Brasil é uma grande indignação por parte dos camponeses, pois em 1850 após a abolição do tráfico de escravos, foi decretado pelo Império uma lei conhecida como Lei de Terras, principal responsável por formalizar as bases para a desigualdade social e territorial que hoje conhecemos afirma MST (2016)

Diante dos acontecimentos citados por Ferraro e Ribeiro (1999) e MST (2016) começaram a surgir resistências populares que visavam a distribuição de terras de maneira justa e igualitária (reforma agrária), que propunham um meio democrático de se conseguir as coisas, sendo que foram grandes as resistências e lutas, tais como as ocupações de terra, travadas afim de se culminar um processo de transformação da sociedade, porém com o regime militar em andamento as coisas só pioraram.

O MST (2016) afirma que de um lado - assim como todo o povo brasileiro – os camponeses foram exilados e privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. E por outro lado, a ditadura inseriu um modelo agrário mais concentrador e excludente, alojando uma modernização agrícola seletiva, que deixa de fora a pequena agricultura, estimulando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso em massa de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, porém em um cenário diferente, Campos (1989) afirma que a escola alcança outras dimensões, além de seu papel de equipamento voltado para a educação, onde se ministra o ensino. Nas vilas, se formam através da ocupação de terras públicas ou particulares, próximo às fábricas, a luta pelo direito de uma edificação escolar, além de ser uma exigência da educação, tem o aspecto de ser parte da luta pela consolidação/legitimação do povo nativo de tal lugar. As ocupações pela escola ligam-se a esse fato. Na visão do autor é muito difícil desalojar habitantes de vilas, onde o equipamento, no caso as escolas, existe, muitas vezes levantados pelos próprios moradores. A resistência dos órgãos públicos para instruir nas escolas levantadas pelos moradores, tende a revelar também o pano de fundo da luta surda pela posse da terra.

Estas duas concepções demonstradas por MST (2016) e Campos (1989) mostram de forma sintetizada os primeiros indícios que expõem a necessidade de se montar um movimento social para se apropriar de um direito, neste caso é citada a ocupação por posse de terras que se dá principalmente pela privatização de alguma coisa que deseja ser alcançada, é possível ver que os camponeses e os moradores de vilas lutam por igualdade socialmente justa, no momento em que lhes é tirado o direito de usufruir de terras que serveriam para construção de bens sociais, visando o desenvolvimento da comunidade aonde se estão inseridos.

Com base no documento acima do MST em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras apareceram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram um instrumento de manifestação camponesa e de contestação do autoritarismo.

Através do contexto histórico construído pelos movimentos no Brasil é possível perceber que a ditadura também foi uma responsável pela construção dos movimentos sociais. Durante todo este período aonde se consolidaram os movimentos sociais, é notável que todos os movimentos possuíam o mesmo objetivo: a luta por terras, ocupando-as. É possível ver que desde o seus surgimentos os movimentos sociais têm mostrado o seu êxito em solidificar seus objetivos, o que tenderá a tornar um método popular no futuro.

Os movimentos sociais não partem da hipótese de construir ou moldar um Estado que deva preocupar-se somente com aquele grupo que está se mobilizando. A verdade é que os movimentos sociais buscam alternativas que os satisfaçam de acordo com o meio em que se está inserido e, isso muitas vezes coloca o Estado no meio e por isso surge está confusão. Pode-se ver em Souza (2012, p. 03) que:

Os movimentos sociais têm como uma de suas principais características a luta por reivindicações que tragam melhorias à vida dos trabalhadores, a fim de gerar novas alternativas e rupturas sociais. Nesta perspectiva estes não podem ser definidos única e exclusivamente como movimentos urbanos e sim como um conjunto de movimentos espalhados em todos os setores da sociedade. Incluindo, por exemplo, os movimentos dos desempregados e de luta pela terra, movimentos estes que se iniciam, muitas vezes, desvinculados dos partidos e dos sindicatos muito embora, estes movimentos coloquem em xeque o Estado, na medida em que denunciam o alinhamento das ações estatais às pressões de uma classe, a burguesia e o esvaziamento do discurso Estatal de que este represente o interesse de toda a sociedade. Por isso, considerando o conjunto das lutas sociais os movimentos sociais não podem ser vistos nem como aqueles que somente estão preocupados com reivindicações pontuais, decorrentes de melhorias imediatas, nem como aqueles que têm um caráter ideológico mais forte e que procuram, mediante suas reivindicações, uma alternativa de Estado que tenha nos trabalhadores sua preocupação fundamental, o que expressa a constante luta de classes por deter a hegemonia na sociedade.

Depois de muitas mobilizações que foram surgindo durante todos estes anos, o movimento foi ganhando forças e se popularizou. Em 1984, foi fundado através de vários trabalhadores que participaram destas lutas pela democracia da terra e da sociedade no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná um movimento camponês nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, que se estendia em três principais objetivos: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país MST (2016).

Seguindo essa mesma visão Silvia e Pereira (2012) partem da compreensão que os Movimentos Sociais podem ser aceitos como sendo as diferentes configurações de organização do povo com vistas a introduzir mudanças significativas no ponto de vista de transformação da sociedade, especialmente no que diz respeito à defesa da dignidade da pessoa humana, da construção de sujeitos de direitos, de direitos humanos. Sua origem são as demandas, anseios e necessidades imediatas da população, discriminações de gênero, raça, classe, opção sexual, credo religioso; destruição do ambiente; ausência de participação, dentre tantos outros, caracterizando-se como expressão de posturas militantes e de práticas de mediação social.

Nesse contexto Souza (2012) afirma que os movimentos sociais acreditam na lógica de construir espaços para outras formas de relação social. Nesse sentido, as conquistas desses movimentos não somente estabilizam as fronteiras entre o mundo da vida dos povos que

lutam pela reforma agrária, mas se estabelecem para além de movimentos reivindicatórios no interior da sociedade, deixando evidenciado os limites do Estado e seu compromisso com o capitalismo. Assim, devem ser entendidos levando em conta as contradições sociais a começar pelas carências e pela falta de perspectivas às quais a parcela de maior número da sociedade é submetida.

É possível perceber, na visão do autor acima que, a essência dos movimentos sociais com base nesse pensamento, repassa com clareza que a maior parte da sociedade é submetida aos limites que o Estado impõe, e daí volta-se à ditadura, pois os recursos para maior parte da população são limitados e isso faz com que eles se mobilizem em busca de melhorias. Um exemplo disso é a educação dos camponeses no Brasil, isto é, ela é extremamente limitada, pois o Estado tende a enxergar os camponeses apenas como trabalhadores, uma visão totalmente capitalista, e esquecem de visualizar as necessidades deles e colocam como prioridade apenas as suas.

Com base nesse pressuposto Souza (2012) afirma que para compreender-se o envolvimento dos movimentos sociais com a educação do campo é preciso primeiramente visualizar o papel do Estado diante de suas ambições. O Estado brota como início em uma análise social, esse é proveniente pela própria sociedade, entretanto, não passa de um erro, um enredado de confusões e funções políticas. Assim, a criação do Estado está diretamente ligada à separação e oposição das classes. Desse momento em diante faz-se necessário que se crie um interesse de maior poder.

Na visão do autor acima, este interesse nasce com a função de se movimentar para que a classe dominadora não tenha poderes o bastante para derrubar a classe oprimida. A fim de protegê-los contra os excessos da burguesia, além de tentar mediar os conflitos existentes. Entretanto, isso não ocorre com êxito. O poder do Estado se sobrepõe à sociedade. Por fim, o Estado se torna juiz cujas atitudes não são nem um pouco justos. Obviamente que o Estado demonstra a sociedade como ela é de maneira oculta, escondendo a realidade, ou seja, traduz sua estrutura e aprova a dominação de uma determinada classe conforme Souza (2012).

Viu-se aqui que a origem dos movimentos sociais é incerta, o MST afirma que pode ter sido através dos indígenas que surgiram os primeiros indícios, porém o que se percebe é que no Brasil o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST foi o primeiro e maior movimento fundado no Brasil.

2.2 Conflito em organizações universitárias

Dentro do contexto movimentos sociais, surge a oportunidade de utilizar este método como uma forma de resolução de conflitos, tanto em empresas, como em universidades, cujo foco merece atenção.

Os conflitos podem se dar de diversas maneiras, mas todos possuem uma característica em comum: as divergências. Segundo Serrano e Rodriguez (1993, *apud* SCOTT, 2007) os conflitos são colisões entre duas ou mais linhas de força, com direções convergentes, mas em sentidos opostos, resultando desta colisão a necessidade de uma gestão eficaz da situação, de modo a ser retirado algo de positivo dela.

Robbins (2010, p. 190) define que:

Podemos definir conflito, portanto, como um processo que tem início quando uma das partes percebe que a outra parte afeta, ou pode afetar, de modo negativo, alguma coisa que ela considera importante”. Ou ainda, entende-se o conflito como um processo no qual o esforço é propositadamente feito por “A” para destruir o esforço de “B”, com recurso a qualquer forma de bloqueio que resulte na frustração de “B”

no que concerne à prossecução das suas metas e ao seu desenvolvimento dos seus interesses

Patarráz (2013) ainda afirma que o conflito organizacional também deve ser identificado, analisado e solucionado, uma vez que se revela necessário, entre pessoas ou grupos no relacionamento interpessoal ou intrapessoal. Utilizando-se como instrumento a negociação entre outras estratégias para impedir que a organização passe por graves problemas como a diminuição da produtividade ou quando atinge a sua lucratividade. Em muitos casos, a falta de habilidade e experiência em lidar com circunstâncias onde existem discordâncias ou adversidades, acarreta redução no desempenho e afeta a execução das atribuições pela perda da capacidade de interação, de se relacionar e de se motivar comprometendo o crescimento, as metas, os objetivos e os resultados organizacionais. Para isto, é crucial o uso de alguns procedimentos que se propõem a facilitar a administração dos conflitos, como as estratégias que devem ser implementadas após uma análise ampla e detalhada

Como pode ser visto nas concepções de Serrano e Rodriguez (1993, *apud* SCOTT, 2007), Robbins (2010) e Patarráz (2013) os conflitos se dão basicamente por linhas de pensamento opostas, o que gera um atrito que pode tomar várias dimensões de acordo com a situação, trazendo malefícios para a organização que está passando por isso. Diante disso podemos olhar os movimentos sociais na perspectiva de resolver esses conflitos. Como foi falado os movimentos sociais iniciam-se na expectativa de corresponder às demandas das classes desfavorecidas, sendo assim o conflito está inserido no momento em que a classe favorecida se nega a colaborar com a desfavorecida. No contexto Universitário isso se dá basicamente por fatores externos, nesse sentido levamos em conta o Estado que abdica da responsabilidade de ajudar na ascensão da Universidade, por enxerga-la como despesa e não como investimento, e isso gera um conflito entre ambas as partes, o que faz nascer um novo movimento social, visando promover a igualdade, lutando por uma educação de qualidade.

De acordo com Chauí (2003) se se quiser tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, é necessário que se exija, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for acatada como um direito e não como um privilégio, nem como um serviço.

Nessa mesma linha de raciocínio Gohn e Zancanella (2012) demonstram que os argumentos de lutas reivindicatórias e propositivas realizadas em prol da educação para todos, pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, têm como suporte à definição constitucional: educação como direito universal, de todos. Os cidadãos são todos iguais de acordo com o que está na lei, e todos são sujeitos de direitos, independentemente das características que os especifiquem ou diferenciem. Todavia, tal norma não condiz com a realidade brasileira, permeada pela existência de desigualdades.

Para os autores acima a validade constitucional só existe, em sua garantia, se o Estado, responsável por construir tais direitos estiver presente sob a forma de políticas públicas, amplas e abrangentes, promovendo a superação das desigualdades e consentindo na participação da sociedade civil. Sendo assim entende-se como responsabilidade do Estado possibilitar o acesso aos direitos dos indivíduos que compõem um determinado grupo social que tem mais dificuldades. Não basta que o Estado garanta apenas formalmente os direitos universais. Além de ter uma postura ativa na formalização de políticas públicas que estabeleçam direitos aos excluídos, ele deve ter um posicionamento intervencionista para poder desencadear políticas específicas para os grupos em situação desfavorável, criando condições para modificar o quadro vigente.

O Estado é tomado como rival no momento que ele exonera seu dever para com a Universidade. Surge então a necessidade de se fazer algo, de se mobilizar e mostrar que o Estado existe porque a sociedade o elegeu, e que é de suma importância que suas demandas precisem ser atendidas, sendo assim, Mellucci (1996, p. 11) comenta que:

Tornar o poder visível é a mais importante tarefa na ordem dos conflitos em nossa sociedade. Revertendo a definição adulta do tempo, os adolescentes simbolicamente contestam as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade. Eles revelam o poder escondido atrás da neutralidade técnica da regulação temporal da sociedade.

Percebe-se então, que os movimentos sociais dentro das Universidades, partem do princípio de mostrar a força da comunidade acadêmica, perante aquilo que os foi negado. Desta forma, quando se tem um anseio, é cabível que todo o meio acadêmico, ou uma parte dele, se reúna a fim de reivindicar seus direitos perante o Estado, para que só assim suas demandas sejam atendidas, isto é então o principal objetivo do movimento.

Visto isto, passa-se a seguir a apresentar os aspectos metodológicos que orientarão o presente estudo.

3 MÉTODO

O que se pretende com este artigo é comunicar entre docentes, discente, técnicos, terceirizados e gestores da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus de Santana do Livramento, desta forma trata-se de um estudo de campo, em que conforme Gil (2002) este tipo de estudo foca uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou direcionada para qualquer outro tipo de atividade humana. Essencialmente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para recolher suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente combinados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Este estudo possui caráter de natureza descritiva, tendo em vista os objetivos desejados. Segundo Gil (2002) as pesquisas descritivas possuem o objetivo de descrever as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, o autor ainda afirma que, pesquisas descritivas são aquelas que têm como finalidade estudar as características de um determinado grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste mesmo cunho são as que sugerem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, a qualidade de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São contidas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Além disso são pesquisas descritivas aquelas que tendem a descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre prioridade político-partidária e nível de ganhos ou de escolaridade.

Além do caráter descritivo, o método de pesquisa escolhido foi o qualitativo. Segundo Flick (2004) a pesquisa qualitativa consiste em fazer a escolha apropriada de métodos e teorias admissíveis, no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento, e na abundância de abordagens e métodos.

Em relação à técnica de coleta de dados, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado com base nos autores citados anteriormente, buscando-se, desta forma, compreender como se dá o processo de resolução de conflitos na Universidade Federal do Pampa, durante o movimento de ocupação ocorrido no ano de 2016.

Segundo Marconi e Lakatos (2003) o roteiro de entrevista semiestruturado nada mais é do que uma conversa entre entrevistado e entrevistador, aonde o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere apropriada. É uma forma de poder explorar mais vastamente uma questão. No geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal.

Como técnica de análise dos dados, optou-se neste trabalho pela análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977) análise do conteúdo consiste em conjunto de técnicas de análise dos diálogos com intuito de alcançar, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que possibilitem a dedução de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens. Desta forma o resultado desta pesquisa foi obtido através da análise de respostas similares, ou seja, para cada hipótese que foi levantada na análise foi feito um levantamento dos entrevistados que eram ou não a favor da mesma.

Os sujeitos de pesquisa foram selecionados de maneira intencional e observa-se a disponibilidade para responder à entrevista bem como o conhecimento sobre a ferramenta de estudo. Assim sendo, foram entrevistados 10 alunos, 10 professores e 10 técnicos administrativos.

Todos os entrevistados foram identificados com códigos alfanuméricos, sendo representados pela letra A os alunos pelas letras TA os técnicos administrativos, e pela letra P os professores, todos numerados de 1 à 10 como maneira de identificar o entrevistados, a fim de manter a integridade e sigilo dos mesmos. Assim sendo, encontram-se representados pela sequência A1, A2, A3... A10 todos os alunos, como também pela sequência TA1, TA2, TA3... TA10 todos os técnicos administrativos e por último a sequência P1, P2, P3... P10, para os professores.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Universidade Federal do Pampa surgiu através de uma iniciativa de se expandir as Universidades Federais do Brasil, que se iniciou com base em um acordo firmado entre o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Santa Maria, logo em seguida a Universidade Federal do Pampa foi criada oficialmente pelo Governo Federal no ano de 2008 a fim de que a educação viabilizasse o desenvolvimento regional aonde se está localizada.

Atualmente a Universidade Federal do Pampa conta com 10 *campi* distribuídos entre 10 cidades da região do Pampa Gaúcho, localizado na Metade Sul do Rio grande do Sul.

Os resultados a seguir apresentam dados obtidos por meio de entrevistas que foram realizadas com três categorias vigentes no corpo estudantil da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, Discentes, Docentes e Técnicos Administrativos.

O estudo iniciou-se com base no movimento de ocupação que foi realizado em junho de 2016 a fim de reivindicar: corte de verbas; término da obra que será anexada ao prédio principal; permanência dos terceirizados que seriam despedidos e a contratação de novos professores para o curso de Direito, que foi fundado no segundo semestre de 2015.

Foram entrevistadas ao todo 30 pessoas selecionadas de maneira intencional. Desse total foi constado que 20 pessoas participaram do movimento de ocupação de 2016, e apenas 10 não participaram.

Os sujeitos entrevistados possuem entre 18 e 60 anos. E dos 10 alunos entrevistados houve uma variação entre 3º ao 5º semestre de seus respectivos cursos.

4.1 Movimento de ocupação no Brasil

Quando questionados a respeito do caráter do movimento de ocupação, foi possível observar que a maioria dos entrevistados acredita que o movimento seja revolucionário partindo do princípio de que muitas conquistas históricas se deram através deles, como também o fato de que na maioria das vezes, somente incomodando o Estado, é possível assegurar direitos.

O entrevistado TA1, afirma que:

Com certeza. Todo movimento é válido né, sendo dentro da legalidade para aquisição dos direitos sociais é fundamental que a gente tenha esse direito de obter esses movimentos, tanto o direito de ocupação como o direito de greve a reivindicação de um direito nosso tem que ser buscada através de formas lícitas (...).

Corroborando com o entrevistado TA1, o entrevistado A10 afirma que além de contribuir com as conquistas obtidas, o movimento também foi crucial pela conquista de autonomias e direitos.

Desta forma o entrevistado A10 afirma que:

Eu acredito que sim porque a gente acompanhando o histórico, enfim, da história do Brasil, da história do mundo, a gente vê que esses movimentos, eles, fizeram parte da evolução social, econômica e política. E pra que enfim, os povos conseguissem suas autonomias a partir desses movimentos.

O ponto de vista dos entrevistados TA1 e A10 pode ser confirmado através do que é exposto por Silva e Pereira (2012) onde afirmam que os Direitos Humanos se situam no debate contemporâneo tanto acerca da função social da universidade, como em torno da função social e político que, historicamente, vem desempenhando os movimentos sociais, sobretudo em ambientes de resistência e de produção de uma contracultura firmada na emancipação, na inclusão, na defesa da multiculturalidade e da ampliação e proteção dos Direitos Humanos.

Outra questão feita aos entrevistados foi a respeito de que os movimentos sociais basicamente se originam pela falta de cumprimento do Estado para com o seu papel de fornecer bens e direitos previstos na Constituição para classes oprimidas. A maioria dos entrevistados afirma que essa afirmativa é totalmente verdadeira como pode ser visto pelo o que o entrevistado P6 afirma:

(...) o Estado de certa forma teria a possibilidade de minimizar essa desigualdade do sistema capitalista e, quando o Estado não minimiza essas divergências, os movimentos sociais acabam tendo importância maior. Em Estado onde existe uma visão mais de bem-estar social em tese os movimentos sociais acabam tendo sua importância, mas são menos vistos pelo papel que o Estado tem redimir essas desigualdades.

Fica notável a veracidade desse fato com base no que se é assegurado por Souza (2012) onde é evidenciado que os movimentos sociais nascem com o intuito de se movimentar para que a classe de maior poder não tenha poderes suficientes para esmagar a classe oprimida.

Os entrevistados também foram questionados sobre a opinião que eles tinham em relação à execução dos movimentos sociais, ou seja, se as classes menos favorecidas ou oprimidas deveriam sair em busca de melhorias através dos movimentos sociais. Dessa forma foi possível observar que os entrevistados, em sua maioria concordam com isso, como poder ser visto no relato do entrevistado P4:

Sim, sim, sim. Isso absolutamente sim, essa pergunta é absolutamente positiva. Eu acho que sim, é só através da movimentação dessas pessoas na sociedade civil, ou seja, organizando-se a partir de baixo que pode se subverter a esse estado de coisas. Quanto a isso eu não tenho nenhuma dúvida, eu acho que somente a partir de células de pequenas reivindicações que grupos sociais, categorias de gente, universidades, estudantes, mulheres, negros, enfim, só a partir deles e que eles podem fazer valer direitos para além da nossa constituição burguesa.

Ainda neste mesmo raciocínio é possível perceber que o entrevistado TA10, acredita que os direitos da Constituição não são seguidos:

Existem direitos que estão escritos ali na constituição e não são cumpridos. Se o pessoal não for reivindicar através das associações de forma organizada, de mobilizações, não sou a favor de violência, mas sou a favor da existência meios para que essas pessoas possam cobrar seus direitos, mas não teria que ser assim né? Se são direitos não teriam ter que estar cobrando, teriam que recebê-los.

É possível perceber que os entrevistados afirmam que a maneira mais lógica de se conseguir direitos é através dos movimentos sociais. Independentemente de qualquer coisa, a começar pelo momento em que você se sente lesionado perante a Constituição e aos seus respectivos direitos você deve sair em busca de melhorias. Souza (2012) compartilha dessa ideia e afirma que os Movimentos Sociais podem ser aceitos como sendo as diferentes formas de organização do povo a fim de introduzir mudanças expressivas na perspectiva da transformação da sociedade, principalmente no que diz respeito à defesa da dignidade da pessoa humana, da construção de sujeitos de direitos, de direitos humanos.

Foi possível analisar que os entrevistados, em sua maioria, acreditam que o Estado age ditatorialmente, uma vez que eles concordaram que o Estado se comporta de maneira a impor na maioria das vezes sobre as classes menos favorecidas, e que só através dos movimentos sociais é possível se sobrepôr a isso. Esse ponto de vista pode ser confirmado de acordo com o relato do entrevistado P10:

(...) os movimentos sociais lutam para eliminar a opressão das classes detentoras do poder. Se não houvesse essas lutas não haveria o propósito de existência dos movimentos sociais. O sistema capitalista em si já compreende grande quantidade de injustiças, se não houverem lutas com a finalidade de questionar a ordem posta, as coisas permaneceram como estão.

O entrevistado A8 também confirma essa afirmação constatando que as pessoas de maior poder são basicamente a elite, e eles são em menor número, dessa forma prevalece à questão da ditadura.

Silva e Pereira (2012) confirmam o que foi dito pela maioria dos entrevistados quando os mesmos consideram que é oportuno lembrarmos que movimentos sociais acadêmicos foram protagonistas imprescindíveis no processo de democratização da sociedade brasileira. Nesse contexto, cria forças o trato dos Direitos Humanos como uma das temáticas postas, tanto nas universidades, quanto nos movimentos da sociedade, em parte como decorrência de que muitos personagens das próprias IES sofreram perseguições (tortura, prisões, exílios e

mortes), tanto pelo Decreto 477, quanto pelo AI5, principais instrumentos da ditadura para reprimir seus opositores.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Silva e Pereira (2012) é possível perceber que tais reflexões nos auxiliam a explorar o terreno para construir a relação que vem se estabelecendo entre a universidade, os movimentos sociais e entidades organizadas da sociedade civil como campos educativos que se situam como espaços de defesa, proteção e construção de Direitos Humanos. Essa ação que se torna mais eficaz e muito mais fortalecida quando são estabelecidas articulações que possibilitem avançar tanto do ponto de vista das práticas, como do processo de conscientização, de mobilização e de pressão, ampliando as condições de formação e exercício de uma cidadania ativa.

4.2 Conflitos em organizações universitárias

Inicialmente os entrevistados foram questionados se concordavam que os movimentos estudantis poderiam ser vistos como uma forma de resolução de conflitos. A maioria dos entrevistados acenou na direção de que o movimento estudantil parte desse princípio e, que quando utilizado de maneira correta, como uma ferramenta de conquistas de direitos ele pode ser extremamente efetivo.

O entrevistado TA7 afirma o seguinte:

Vejo, principalmente na área da educação, eu acho que vocês, nós todos né, nós como servidores, vocês como estudantes, a gente tem que lutar pela educação principalmente que é o que a gente vive em si no nosso dia a dia, eu acho que tem muita coisa a ser melhorada, muita coisa para ser reestruturada, muita coisa para ser mudada e, eu acho que está em nossas mãos (...)

Apoiando o entrevistado TA7 tem-se o entrevistado P4 que afirma o seguinte:

Sim, você está usando uma terminologia muito tênue, muito suave. Interesses não são idênticos, não é questão de interesses não são idênticos, os interesses são antagônicos, muito antagônicos, o Estado espera que a Universidade produza e reproduza uma mão de obra barata e descontextualizada com a política nacional e o estudantes estão buscando cada vez mais tomar mais consciência de o que estudam, porque que estudam, pra que que estão estudando e pra quem serve o conhecimento que estão produzindo. Eu acho que é o contrário, são movimentos antagônicos, e os movimentos sociais são pequenas células de movimentos contra hegemônicos, sim sem dúvida, sem dúvida disso.

É possível perceber que os relatos dos entrevistados TA7 e P4 estão de acordo com o que foi abordado por Patarráz (2013), o surgimento dos conflitos funcionais trazem benefícios, quando tem a função de contribuir com os grupos na direção de elevar ao máximo o desempenho, sendo que deste modo, os objetivos conseguem ser atingidos e o resultado surge por disputa ou algum desacordo.

Os entrevistados também foram interrogados sobre o que pensavam da afirmação de que o Estado visualiza a educação como um gasto e não como um investimento com benefícios ao longo prazo. Desta forma obteve-se, da maioria dos entrevistados, respostas que validavam essa afirmação.

Isso pode ser confirmado apoiado no que foi relatado pelo entrevistado P8:

A noção de universidade está errada em toda sociedade brasileira. Com essa visão estreita e limitada de preparação para o mercado de trabalho. Precisamos superar

esses conceitos atrasados e aí sim reconhecer o valor da Instituição Universitária. Até lá todos os sindicatos e movimentos sociais serão a forma de levar nossos anseios aos governantes.

Corroborando com o entrevistado P8 tem-se o entrevistado TA1 que afirma que o governo compartilha desse pensamento:

O governo com certeza tem esse pensamento, que ele pensa que é gasto, custo. Na verdade, é totalmente o contrário, a educação e as Universidades são investimentos, um investimento humano necessário, por isso nós temos aí uma grande parcela de violência, uma grande parcela de desigualdade sociais e os movimentos estudantis e a Universidade, ela faz parte de um contexto para mudar essa figura e, é extremamente importante que ocorra movimentos estudantis.

Corroborando com a ideia dos entrevistados tem-se Gohn e Zancanella (2012) que defendem a ideia de que em razão do conhecimento dos movimentos sociais quanto aos investimentos no processo formativo do espaço escolar e extraescolar, os subsídios dos movimentos sociais são cruciais na criação de uma alternativa para as relações sociais que se cristalizaram na universidade.

Outra questão levantada foi o fato que atualmente o Estado não tem cumprindo com seus deveres com base no que está previsto na Constituição, e que uma solução para isso seria a elaboração de políticas públicas amplas e abrangentes que promovessem a superação da desigualdade. Diante disto os entrevistados responderam se concordavam ou não com essa situação tendo em vista o cenário político atual, o que se obteve foi que a maioria dos entrevistados concorda que sim, sendo possível observar isso com base na afirmação do entrevistado P5:

A primeira frase diz que o Estado não cumpre com sua obrigação, essa frase é real. A segunda frase diz que o Estado deveria cumprir mediante a políticas públicas que garantam o direito à população, com essa afirmativa eu também concordo porque está falando o que deve ser. Então, independente do que está acontecendo agora, o Estado deve garantir através de política públicas o direito à população, e não é o que está acontecendo hoje, eu concordo que não é o que está acontecendo, mas eu concordo que o Estado deve garantir.

Defendendo esse posicionamento traz-se à tona novamente Gohn e Zancanella (2012) corroborando que o Estado com suas variações políticas e ideológicas, tem mantido a educação nos moldes do sistema tradicional, que privilegia as classes sociais mais abastadas em detrimento do acolhimento de indivíduos mais fragilizados socialmente. Estes estão distanciados dos recursos da educação como diferencial para argumentações e discussões referentes aos direitos sociais como um todo, ou seja, cala-se a voz dos oprimidos pela omissão, pela ignorância e pela limitação de acesso aos seus direitos sociais.

Por último, os entrevistados foram questionados se conseguiam visualizar o quão legítimo eram os movimentos estudantis. Como respostas obteve-se pela maioria, que sim, todos entendem e defendem a existência de legitimidade.

O entrevistado TA3 confirma isso de acordo com os seus relatos:

Sim, o aluno primeiramente, o objetivo é formar um aluno crítico, um aluno reflexivo, um aluno que busque, lute pelos seus direitos, essa é a premissa da Universidade. No momento em que tu formas um aluno que está satisfeito com tudo que não pensa sobre a vida, sobre o mundo, sobre a sociedade, a gente não está

atingindo o objetivo principal. Então o aluno, ele tem que ser formada para pensar =, criticar, refletir, avaliar, ser um cidadão, realmente um cidadão.

Em concordância com o entrevistado TA3 tem-se o entrevistado A3 que afirma:

Sim, os alunos são os maiores interessados na educação, então eles têm que ir atrás disso. E os movimentos sociais vão te ajudar pra tu perceber que tu tem que correr atrás disso. Tu pode ver que, quem entra, o pessoal do primeiro semestre que recém ingressou na faculdade não tem a mesma visão sobre isso das pessoas que passaram pela ocupação das pessoas, das pessoas que se envolveram no movimento estudantil. Elas começam a perceber o poder que a gente tem, quando a gente tá vivenciando, tu tá indo atrás disso.

É possível perceber que os entrevistados pensam na mesma direção de Melucci (1996) onde ele afirma que tornar o poder visível é a mais importante tarefa na ordem dos conflitos na sociedade. Revertendo a definição adulta do tempo, os adolescentes, simbolicamente, contrapõem as variáveis dominantes de organização do tempo na sociedade, eles manifestam o poder escondido atrás da neutralidade técnica e da regulação temporal da sociedade.

5. CONCLUSÃO

Os movimentos sociais partem de um contexto histórico de longa data, que propiciou até o presente momento inúmeras conquistas e direitos ao povo brasileiro. Atualmente, os movimentos sociais continuam agindo com o mesmo propósito e tem se mostrado muito eficiente na conquista e luta pela igualdade e democracia.

Sendo assim, fica clara a tendência de se utilizar esse recurso sempre que houver um conflito contra o Estado, pois essa é a ferramenta mais apelativa que a população tem para conseguir fazer com que suas necessidades sejam visualizadas e não deixadas de lado.

Diante disso, a presente pesquisa buscou identificar através dos objetivos específicos como se deu o processo de resolução de conflitos na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Campus Santana do Livramento frente ao Movimento Estudantil de Ocupação.

Desta forma, com base no primeiro objetivo específico que foi compreender como se deu o movimento de ocupação na UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento, fica notável que a maioria dos entrevistados concorda que o movimento social surge de uma premissa promissora, que visa revolucionar a maneira pela qual a educação e vários outros fatores, como saúde, segurança pública e outros são visualizados pela concepção do Estado. Foi possível identificar com base nos dados da pesquisa que, o Estado oprime as classes de menor poder, ou seja, ele tenta se impor e de certa forma isso gera um sistema, uma espécie de ditadura que, na maioria das vezes, não é percebida porque o Estado consegue mascarar isso, então os movimentos sociais destacam-se no momento em que são utilizados como uma ferramenta por essas classes que são, de certa maneira, oprimidas.

Seguindo-se para o segundo objetivo que visa caracterizar o conflito na UNIPAMPA – Campus Santana do Livramento, fica evidente os movimentos estudantis são uma maneira propícia de resolver conflitos que partem do não cumprimento por parte do Estado em relação aos seus deveres. Desta forma foi possível também que, além disso, o Estado enxerga a Universidade como um gasto e, como também não cumpre com o que está previsto na Constituição, tendo em vista o cenário político e econômico atual, ou seja, ele não cria políticas públicas o que, concomitantemente, resulta em desigualdades sociais. Sendo assim, fica esclarecido que o poder estudantil é legítimo e passa a, cada vez mais, concentrar forças

para combater as transgressões cometidas pelo Estado a fim de promover igualdade, justiça e direitos.

Com a presente pesquisa foi possível notar que o Estado de fato deixa muito a desejar, mesmo que ele cumpra em partes com algumas coisas, ele ainda deixa de lado várias outras ações que também são importantes para o desenvolvimento econômico e social. Desta forma foi possível confirmar que as premissas do movimento de ocupação do Campus são reais e partem de um contexto atual de cortes orçamentários públicos, que deve ser contestado, pois do contrário haverá pressão do Estado sobre essa classe. Os elementos para conter ou minimizar o conflito são inúmeros e não se deve deixar de executá-los quando o indivíduo se encontrar fazendo parte de uma sociedade que se sente oprimida. Para conter isso a sociedade não só pode como deve utilizar dos movimentos sociais, pois é direito da sociedade lutar por seus direitos.

Entretanto, os movimentos sociais não conseguem conquistar tudo que querem, ainda mais quando se trata de causas locais ou mais centralizadas. Em grande escala o movimento ocorrido no Campus, se mostrou altamente produtivo e trouxe resultados e conquistas que jamais alunos, técnicos administrativos e professores que formam a comunidade deste Campus esquecerão. Sendo assim, o Estado deve ter noção de seus atos para tentar corrigi-los. Provavelmente seja algo muito difícil de acontecer, ou seja, o Estado tomando iniciativas que venham a oportunizar melhor distribuição de recursos para Educação, Saúde, Assistência, Segurança. Mas, se para o Estado essa equidade for difícil, este estudo demonstra que para os movimentos sociais tende a não sê-lo. A medida que o movimento continuar agindo e não perder o foco, resultados positivos poderão ser alcançados, sempre pautando-se pela ordem e pelo respeito às leis, o que não pode acontecer é a dissipação do movimento, porque no momento em que isso acontecer o Estado tende a ocupar os espaços vazios deixados pelo sociedade e, com rédeas que muitas vezes são de contingenciamento orçamentário, irá se impor.

Por tudo isto, sugere-se que a utilização dos movimentos sociais como ferramenta para adquirir conquistas e direitos, seja executada de maneira pacífica e centralizada visando obter aquilo que realmente se necessita, pois como pôde ser visto, o movimento traz resultados e se mostra muita eficiente quando utilizado corretamente. Sendo assim é critério de todo e qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos, partir dos movimentos sociais com o propósito de garantir um direito que está sendo lesado a fim de garantir uma melhor qualidade de vida através da igualdade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMPOS, Rogerio Cunha. **A luta dos trabalhadores pela escola**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989. v. 1. 165p .

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, Dez. 2003.

FERRARO, Alceu Ravanelo; RIBEIRO, Marlene. **Movimentos Sociais: Revolução e Reação**. 1. ed. Pelotas/RS: Editora da Universidade Católica de Pelotas, 1999. v. 1. 189p.

FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. **A Relação entre Universidade e Movimentos Sociais Como Princípio da Construção Crítica da Educação do Campo**. Olhar de Professor (UEPG. Impresso), v. 15, p. 57-70, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003

MELUCCI, Alberto. **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Revista Young. Estocolmo: v. 4, nº 2, 1996, p. 3-14.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

MCINTYRE, Scott Elmes. **Como as pessoas gerem o conflito nas organizações: Estratégias individuais negociais**. Análise Psicológica. Instituto Superior da Maia, v. 25, nº 2, p. 295-305, Portugal: 2007

PATARRAZ, Flávia Lima. **Modelos de Gestão de Conflitos e os Impactos na Organização**. Rio de Janeiro: Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas, Instituição de Ensino Superior São Judas Tadeu, 2013

ROBBINS, Stephen P; JUDGE Timothy A; SOBRAL Filipe. **Comportamento Organizacional**. 14 ed. SP Pearson Prentice Hall, 2010.

SILVA, Itamar Nunes; PEREIRA, Célia Maria Rodriguez Costa. **Direitos Humanos, Universidade E Movimentos Sociais: Uma Articulação Possível**. ANAIS DO VII ENCONTRO DA ANDHEP, v. VII, p. 01-23, 2012.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas. **Estado movimentos sociais e escola pública do campo**. In: VIII seminário do trabalho, 2012, Marília. VIII seminário do trabalho. Marília: UNESP, 2012. v. 1.